



Figura 3 – JOGO DAS SEMELHANÇAS, 2008 (acrílico sobre tela , 150x150cm).
Fonte: Mário Vitória.

SEÇÕES COMPLEMENTARES

Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v. 16, n.2, jul./dez. 2015, ISSN 1982-5560

MEMORIAL

Gilberto Felisberto Vasconcellos

Minha atividade acadêmica começa em 1968, como estudante de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. Trata-se de uma atividade inseparável de escrita, sobretudo a de natureza ensaística. O primeiro trabalho, intitulado “A concepção de totalitarismo em Marcuse”, veio a lume na revista *Revisão* (1972), do Centro Acadêmico da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Essa Faculdade, situada na Rua General Jardim, teve enorme importância na história das Ciências Sociais. Nela lecionaram professores estrangeiros e brasileiros de renome, como Donald Pierson e Sérgio Buarque de Holanda, cabendo ainda mencionar que aí também se formou o ilustre antropólogo Darcy Ribeiro. Na década de 1970 destacou-se na escola de Sociologia e Política o professor José Chazin (marxista e estudioso do filósofo húngaro György Lukács), que investigava o pensamento autoritário no Brasil. Isso deve ter influenciado meu trabalho acerca da noção de totalitarismo na obra de Hebert Marcuse sobre as sociedades afluentes e desenvolvidas do Ocidente, de resto tidas como formalmente democráticas. Na escolha desse tema certamente interferiu o maio de 1968 e também a Escola de Frankfurt. Lembro-me de um trabalho, quando aluno de Ciências Sociais, que escrevi para o curso de Sociologia de Gabriel Cohn, buscando as analogias entre Freud

e Durkheim quanto à concepção sobre indivíduo e sociedade. Faço alusão a isso porque foi determinante na posterior escolha temática de minha tese de doutorado (1978), *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*, cuja orientação coube ao professor Gabriel Cohn, posteriormente publicada em livro e prefaciada por Florestan Fernandes.

A propósito do nexos entre universidade e escrita, vale mencionar o trabalho que redigi durante a pós-graduação em Ciências Sociais para o curso da professora de Letras Telê Ancona Lopes, autora de vários livros sobre Mário de Andrade, que na época era diretora do Instituto de Estudos Brasileiros, localizado na Faculdade de História da USP, onde se encontram os textos e documentos de Roger Bastide, o professor francês fundador do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo e coautor, junto com Florestan Fernandes, do livro *Branços e negros em São Paulo* (1955). O trabalho a que me refiro e é um ensaio sobre a Sociologia da Música, intitulado *A propósito de geleia geral*, a canção de Torquato Neto e Gilberto Gil arranjada pelo maestro concretista Rogério Duprat, um dos deflagrares do movimento Tropicália, que fez a mediação entre a música séria, como dizia Theodor Adorno, e a música popular. Isso para mim na época imprimiu um caráter especial à Tropicália, que me

impressionou muito, mais do que sucedera com a Bossa Nova.

Sem incorrer em jactância autoral, meu livro ainda hoje é mencionado como referência fundamental nos estudos de música popular, mas nele sou capaz de detectar uma grande lacuna: é que não fui atento o suficiente em relação à indústria cultural interferindo na Tropicália como mercadoria fonográfica, o que prejudicou minha compreensão sobre a situação social da música popular durante a década de 1960. Enfim, posso hoje comprovar que Theodor Adorno estava certo: nenhuma teoria escapa inteiramente do mercado, nem mesmo a teoria antimercado. Passou-me então despercebido que na Tropicália havia condescendência do polo moderno vencedor (São Paulo) no desenvolvimento desigual do capitalismo dependente. Era a imposição da indústria cultural, da rotineira vitória da classe dominante. Eu ainda não tinha tomado conhecimento da *Teoria estética* de Theodor Adorno, publicada em 1966, e por conseguinte não atinei que na Tropicália do espetáculo conformista não havia conflito ou dissonância entre a canção e a realidade social. “Geleia geral” é a canção-manifesto que trazia a aproximação da poesia concreta (Haroldo de Campos, Augusto de Campos, Décio Pignatari) com os compositores da música popular da década de 1960. Convém estender-me um pouco mais sobre esse ensaio decisivo na minha vida acadêmica e autoral, pois foi uma das fontes intelectuais do meu primeiro livro, *De olho na fresta* (1977). O ensaio foi influenciado pela crítica literária e sociológica de Antonio Candido, e também pela abordagem formal vanguardista dos poetas

concretos (sobretudo o livro *Balanço da bossa*, de Augusto de Campos). O meu artigo sobre “Geleia geral” de Torquato Neto tentava amalgamar as duas tendências intelectuais de São Paulo, conhecidas respectivamente pelos bairros Pinheiros (USP – Antonio Candido) e Perdizes (PUC-SP – Augusto e Haroldo Campos). Com a indicação da pesquisadora mariodrandina Telê Ancona Lopes, o meu ensaio de pós-graduação foi publicado na revista paulista *Debate e Crítica*, o qual não deixou de alcançar repercussão nos cursos de Letras e Ciências Sociais. Telê Ancona Lopes transmitiu-me o recado para que eu procurasse o professor Antonio Candido, que me indicou (a pedido do jornalista Samuel Wainer) para escrever semanalmente uma sessão de crítica cultural no jornal Última Hora de São Paulo. Então, nesse momento estreitou-se ainda mais o vínculo academia/escrita quando, estudando na pós-graduação (com bolsa da FAPESP) modernismo e integralismo (tendo como leitor Celso Lafer), ingressei no jornalismo de São Paulo, no “periodismo”, como gostava de dizer Oswald de Andrade.

Entre 1974 e 1976 escrevi resenhas e crítica cultural. Simultaneamente redigia o livro *De olho na fresta*, em cuja abordagem era notória a influência da estética marxista de Lukács (sobretudo a categoria de particularidade artística) e, ao mesmo tempo, a crítica musical de Augusto de Campos, que trazia a contribuição linguística de Roman Jakobson, a teoria do canto falado e a da metalinguagem de Erza Pound. O que muito me marcou na leitura de *Balanço da bossa* foi a abordagem sobre o escritor Oswald de Andrade, que desde sua morte em 1954 ficou quase

dez anos no ostracismo, sendo resgatado pela exegese linguística e semiológica dos críticos concretistas.

Oswald de Andrade foi, e continua sendo, um dos escritores mais determinantes na minha visão de mundo e no meu estilo, a tal ponto que ensejou uma tese de mestrado em Letras da UFJF de autoria de Yago Euzébio Bueno de Paiva, intitulado *Sociologia Pau Brasil*. Um aspecto que merece ser posto em relevo em *De olho na fresta* é que não havia contraposição entre a abordagem conteudística da sociologia e o “close reading” formal da linguística e da semiologia. Hoje, passados quase quarenta anos, posso afirmar que o Oswald de Andrade marxista não figurava em meu livro de sociologia da música popular. O que havia de marxismo em *De olho na fresta* vinha de Walter Benjamin e György Lukács, suas análises das diferenças estéticas e sociológicas entre símbolo e alegoria. Nele figurava o conceito de “indústria cultural”, mas de maneira tênue, não aprofundada pela crítica radical de Theodor Adorno à música popular e ligeira como signo de alienação no capitalismo monopolista. É que, se aplicado com rigor o conceito adorniano de verdade musical, o objeto de análise do livro sofreria uma mudança substantiva na apreciação. Eu estava seguindo a diretriz de Augusto de Campos, para quem a Tropicália significava um avanço formal na música popular e uma expressão cultural tão importante quanto o modernismo de 1922. Somente me dei conta dessa hipérbole concretista na avaliação da Tropicália quando, mais tarde, em 1978, entrei em contacto pessoal com Gláuber Rocha, que apontou

a ausência do Cinema Novo em *De olho na fresta*. Não obstante os defeitos e limitações, *De olho na fresta* municiou-me de um instrumental analítico na esfera da cultura, o que seria depois utilizado por mim em *Ideologia curupira*, e que recebeu forte incentivo do meu orientador Gabriel Cohn para defender a tese de doutorado sem passar pelo estágio preliminar do mestrado. Lembro-me com júbilo do dia de minha defesa, com a banca composta pelos professores Helgio Trindade, Luiz Pereira, Leôncio Martins Rodrigues, Carlos Guilherme Mota e Maria do Carmo Campello de Souza. Logo em seguida, indicado pelo jornalista Cláudio Abramo, o editor Caio Graco, da Brasiliense, publicou-a em livro.

Abro aqui um parêntese para evocar o jornalista Cláudio Abramo, da *Folha de São Paulo*. Em 1977, ele estava encarregado de organizar o editorial que até então inexistia nesse jornal. Ainda nesse ano, por indicação do professor Maurício Tragtenberg, comecei a lecionar sociologia na Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo, tendo como colega Eduardo Suplicy, que um dia solicitou-me (a pedido de Cláudio Abramo) um artigo sobre Plínio Salgado, o chefe do integralismo, que falecera em 8 de dezembro de 1975. Escrevi o artigo que foi publicado na página dois da *Folha de São Paulo*, com o título irônico e paródico “Última flor do Fascio?”. O título lembrava Oswald de Andrade no jogo paranomástico com a passagem famosa de Olavo Bilac: “A última flor do Lácio”, substituído por “fascio”. Na FGV recebo, depois de publicado o artigo, um telefonema de Cláudio Abramo convidando-me para escrever editoriais no jornal *A Folha de São Paulo*.

Estávamos vivendo em plena ditadura. Nas Ciências Sociais havia a discussão levantada por Theotônio dos Santos, se a ditadura brasileira de então era ou não um regime fascista. O objeto de minha tese de doutorado trazia a questão do fascismo dos anos 30, e como este, na versão integralista, teria emergido do modernismo com os grupos Anta e Verde-Amarelo, os grupos de direita, contrapostos aos de esquerda, Pau Brasil e Antropofagia, liderados por Oswald de Andrade.

Havia em *Ideologia curupira* a teoria do fascismo de Marcuse, mas o foco da análise incidia na questão da cultura em país dependente: o integralismo mimetizando os fascismos europeus. O integralismo foi visto por mim como uma resposta equivocada à heteronomia econômica na periferia capitalista, daí no título do livro a palavra “curupira”, que designa o primeiro duende do Novo Mundo registrado pelos cronistas. Nos grupos literários de direita de 1922, desdobrando-se na década de 30 no integralismo, configurou-se a ideologia do autoengendramento do Brasil, ou seja, o ideal integralista seria um país mênada e desvinculado do mundo. Trinta anos depois de publicada minha tese, qual não foi a surpresa do autor a homenagem que lhe foi prestada na área de história pelos estudiosos de vários lugares do país. Minha tese foi evocada em um encontro realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora no antigo ICHL. Nessa ocasião proferi conferência acerca da teoria marxista do fascismo, lembrando o caráter pioneiro da análise de Leon Trotsky feita em 1930, quando estava exilado em Prinkipo, na Turquia, e que mais tarde foi retomado pelo economista belga Ernest

Mandel e pelo sociólogo egípcio Samir Amin, ambos marxistas. A conferência foi transformada em artigo, *Trinta anos depois: Ideologia curupira*, publicado em *Locus*, Revista de História da UFJF em 2010, no qual ao fenômeno do decalque fascista na periferia capitalista acrescentei os enfoques relacionados ao cotejo entre o discurso integralista e a prática afetiva do fascismo com Hitler, Mussolini, Salazar e Franco. Permito-me citar um trecho que evoca a complexidade política do fascismo e seu traslado para o contexto do capitalismo dependente: “É preciso dizer alguma coisa sobre o título *Ideologia Curupira*, com referência ao marxismo (ideologia como falsa consciência e discurso ocultador da realidade) o vocábulo e o folclore, ou seja, Curupira como o pai do Saci-Pererê, Curupira como o primeiro duende da floresta dos trópicos. Claro que eu não tomei Curupira na acepção ecológica, duende que protege a floresta contra o invasor branco depredador da natureza, o capitalismo antimeio ambiente. Eu o tomei como uma fantasmagoria que recusa a ingerência do fator externo. Curupira é um corpo sem orifício, sem nenhum buraco, sem nenhuma fenda por onde pudesse ser penetrado, o que não deixa de ser um paradoxo para nomear o discurso integralista, que é uma doutrina baseada no decalque dos fascismos europeus. O Curupira integralista recusava a influência estrangeira quando se tratava de oposição ao capital, mas não quando o lance era defender a propriedade privada, o lucro, a exploração do trabalho”. O que nesse artigo foi lembrado, para completar a abordagem de *Ideologia curupira* dizia respeito à

análise de Leon Trotsky sobre o fascismo, depois acrescido do ensaio *Leon Trotsky e as Ciências Sociais*, publicado na *Libertas*, Revista da Faculdade de Serviço Social, em 2014. A teoria do fascismo elaborada por Trotsky, a primeira análise marxista sobre o que estava acontecendo com Hitler na Alemanha, abriu-me a compreensão da história do Brasil com a contradição UDN e PTB, que resultaria em 1964 no golpe de Estado. Trotsky distinguiu a existência de um fascismo totalitário (Alemanha, Itália) e de um fascismo democrático (Estados Unidos, Inglaterra e França), sem esquecer que em ambos havia o suporte político de uma mesma classe social: a burguesia. A verdadeira questão não era a democracia, como afirmavam os liberais que acusavam Getúlio Vargas de nazifascista. Valendo-me da teoria do fascismo de Trotsky é que fiz a revisão sociológica do trabalhismo, iniciado com a Revolução de 30, no livro *A jangada do Sul: Getúlio, Jango e Brizola*.

O foco da análise em 1930 visava elucidar, do ponto de vista da interação entre partido político e classe social, os motivos da derrota do nacionalismo anti-imperialista e o triunfo do liberalismo livre-cambista. O golpe de 64 também estava presente nesse livro como o acontecimento histórico que precisava ser desvendado em suas causas inter-regionais, porque nem Minas Gerais – a participação decisiva do governador udenista Magalhães Pinto – se deu bem com a deposição de João Goulart. Nesse livro *A jangada do Sul* o objeto de análise era a gestação da hegemonia política e cultural de São Paulo.

Volto ao percurso bibliográfico, que não está sendo apresentado de modo linear, mas sim pelas conexões estilísticas e conceituais, evocando que, em seguida à defesa de minha tese, obtive bolsa de pós-doutorado concedida pela FAPESP para estudar na França, onde frequentei com assiduidade a cinemateca de Paris, enviando semanalmente artigos para o jornal *A Folha de São Paulo* no período de 1978 a 1980.

No meu regresso ao Brasil, 1980, publiquei um artigo no *Jornal da Tarde*, intitulado “USP e Apipucos: a diáspora da sociologia brasileira”, o qual era um projeto de pesquisa que antecipava o divisor de águas em minha reflexão na sociologia, confrontando Florestan Fernandes (sua concepção acerca da estrutura de classes) e Gilberto Freyre, com o seu conceito de meta-raça. Para efetivar esse confronto metodológico fui agraciado com as bolsas *Fundação Calouste Gulbenkian* e *Science Concil*. Vivi então uns tempos no Nordeste-Pernambuco-Paraíba, com o objetivo de conversar com Gilberto Freyre, de que resultou o livro *O xará de Apipucos* (1987), o primeiro publicado sobre a vida e a obra do sociólogo pernambucano, valendo-me do método empático de sua própria lavra. Não queria aqui deixar de mencionar que a ideia da diáspora sociológica que orientou o meu ensaio foi inspirada por Gláuber Rocha em seu diálogo com Paulo Emílio Salles Gomes, objeto de artigo de minha autoria sobre a morte do cineasta, publicado no *Jornal da Tarde*, em 1981.

Com o ensejo de reconstruir minha atividade intelectual, posso afirmar que o conhecimento acerca da descolonização

cinematográfica de Gláuber Rocha levou-me ao estudo de Gilberto Freyre, realçando a questão da transregionalidade, o que não significa, contudo, que o tivesse considerado um autor regionalista. Retomava o binômio estética e sociologia, assimilado em minha convivência uspiana com Gabriel Cohn (expresso em *De olho na fresta* e *Ideologia curupira*). Todavia o que estava delineado em *O xará de Apipucos* era a problemática do colonialismo, sem que houvesse na obra de Gilberto Freyre a crítica colonialista, como se observa, por exemplo, em Oswald de Andrade, Florestan Fernandes e Caio Prado Jr. O que me intrigava em Gilberto Freyre era o fato de ter ele alcançado um conhecimento da totalidade da sociedade brasileira sem utilizar-se da categoria colonialismo (ou imperialismo) para designar a conexão centro e periferia do sistema capitalista. Por esse aspecto é que era percebida a questão da ausência da luta de classes em sua obra, a qual não tematizava os obstáculos externos ao desenvolvimento. Quanto a isso, não deixei de registrar minha perplexidade, o que coincidiu com a mesma observação feita por Darcy Ribeiro em seu prefácio à *Casa Grande & Senzala* na edição venezuelana.

Em Apipucos, Recife, tive a oportunidade de conversar sobre esse prefácio com Gilberto Freyre, conversa cujo teor é evocado em meu livro sobre Darcy Ribeiro, *A razão iracunda*, o qual está atualmente no prelo da Universidade Federal de Santa Catarina. É que Darcy Ribeiro, trabalhista histórico e companheiro de Leonel Brizola, discípulo de Manoel Bonfim, apresenta uma visão sobre a sociedade brasileira antípoda tanto de Gilberto Freyre quanto de Sérgio Buarque

de Holanda. No panorama das Ciências Sociais no século XX, o antropólogo Darcy Ribeiro destaca-se por ter concebido abrangente taxonomia com rigorosos esquemas conceituais sobre as configurações histórico-sociais de todos os países da América. Segundo Darcy Ribeiro, não obstante a origem em comum, os povos da América teriam se diferenciado pelo modo através do qual suas respectivas populações indígenas, em condições de existência diversas, entraram em contato com o colonialismo na sua fase mercantil da expansão capitalista europeia durante o século XVI. Valendo-se de critérios étnicos, econômicos e tecnológicos, explicou as causas do desenvolvimento desigual de tais povos, o que o levou a elaborar categorias novas acerca da evolução sócio-cultural da humanidade. Essa preocupação é observável desde o seu livro *O processo civilizatório* (1968), no qual opera com as categorias de “transfiguração-étnica”, “aceleração evolutiva”, “atualização histórica” e “modernização reflexa”.

O livro *A razão iracunda* retoma todos os outros, de modo que o presente deve iluminar para o passado minha atividade intelectual, naqueles pontos em que meu interesse ora incide na política, ora na estética. Nunca senti a Universidade como uma peia, ou obstáculo às minhas elucubrações intelectuais, nunca senti a Universidade como uma presença a inibir-me naquilo que acho fundamental para o país e o povo.

Nesse livro inédito sobre a vida e a obra de Darcy Ribeiro, o subversivo da antropologia, centrado na dialética marxista quanto à crítica indignada e implacável da ordem social existente, a

categoria do imperialismo é onipresente na análise do subdesenvolvimento. Darcy Ribeiro conceitua o povo novo como a sua descoberta etnológica fundamental. O povo novo é o mais característico das Américas, amálgama de etnias originalmente diferentes, sob o domínio despótico de sociedades que promoveram aqui a deculturação compulsória. A colonização europeia no Novo Mundo utilizou mão-de-obra indígena e africana para a produção agrária e exploração mineral. Foi implantada a instituição fazenda como empresa capitalista para exportar matérias-primas e obter lucros pecuniários; açúcar, algodão, cacau, café, tabaco, banana, abacaxi. Primeiro com regime escravocrata, depois com trabalhadores livres, o contingente humano trabalhador só existiu para gerar superlucros.

O decisivo é o vínculo mercantil colônia-metrópole. A fazenda escravista antecipa a fábrica moderna, a fazenda com população isolada uma da outra. No meio dos escravos não havia pai de família com mulher e filhos; eram eles meras peças pertencentes ao senhor: “a pátria é a fazenda para quem nasce e vive nos limites do seu cercado”. O fazendeiro é tudo: patrão, padrinho, chefe político, empresário. A fazenda foi a instituição básica que moldou a vida dos donos e dos subalternos. O poder continua oligárquico, mesmo depois de finda a escravidão. Desse livro inédito sobre Darcy Ribeiro, uma das conexões do ponto de vista político é com outro livro meu, *Depois de Leonel Brizola*, publicado em 2008, na sequência da morte do líder gaúcho, que traz uma sociologia do trabalhismo brasileiro iniciado em 1930. O assunto que me ocupava dizia

respeito à morte e vida de um partido político, o PDT, ao qual filiei-me convidado por Leonel Brizola. Lembro-me que um dia em minha casa, Petrópolis, soou o telefone. O meu enteado o atendeu. Na linha ouviu-se uma voz: aqui é o Leonel Brizola. O guri revidou: deixe de trote! Brizola insistiu: não, meu filho, é o Leonel Brizola mesmo. No que atendi o telefone, certifiquei-me de que era o próprio. Aí ele me convidou para fazer uma palestra no Instituto Pasqualini, Rio de Janeiro, Praça Tiradentes, cujo tema não era nada simples: explicar por que o Brasil se afundava, e o PDT não se alevantava. Leonel Brizola queria que eu explicasse essa situação complicada.

Fundado em 1979, o PDT abrigou talentos intelectuais como Darcy Ribeiro, Neiva Moreira e Edmundo Moniz, este um eminente historiador da rebelião de Canudos. Cito-o aqui com realce porque Edmundo Moniz foi trotskista e brizolista, o que para mim significa a simbiose possível e necessária entre marxismo e nacionalismo latino-americano, e que já havia sido delineado por mim no livro *A jangada do Sul*, publicado em 2005. Todavia, é mister aduzir que foi a partir de Leonel Brizola que a categoria de Trotsky sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo se inscreveu no âmago de minha reconstrução histórica do trabalhismo. E, nesse aspecto, o referido livro remou contra a maré acadêmica, porquanto todos os saberes universitários eram unânimes em não imputar dimensão teórica à práxis de Leonel Brizola, como se o ex-governador do Rio Grande do Sul atuasse empiricamente e historicamente desprovido de ideia e de pensamento. Esse equívoco

não foi resultado apenas de uma operação hermenêutica de sociólogos e historiadores inidôneos, mas sim um estratagema que deixou sem história a força de trabalho a partir do capital multinacional instalado em São Paulo. Permita-me citar o seguinte trecho: “A máquina universitária e midiática do prestígio político não consagrou Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, mas sim FHC e Lula. Estes, ungidos pelos Bancos internacionais, colocaram como bandeira progressista a questão da democracia, identificando o regime de 1964 com autoritarismo, ocultando no entanto sua essência: a entrega das riquezas do país às multinacionais. A ditadura não foi derrubada por pressão das forças populares e deixou, com a abertura democrática, intacto o domínio das multinacionais, assim como houve conivência com o caráter ilícito da dívida externa, de modo que no cenário político montado pela direita era preciso destruir a tendência política que colocava como alvo principal a denúncia da espoliação internacional. A essa frente anti-Brizola participaram todos os partidos políticos: PT, PSDB, PFL e PMDB. Em todos esses partidos o traço uníssono foi a reivindicação de uma democracia em geral, ou seja, uma democracia sem caráter de classe, já que a democracia era detentora em si mesma de um valor absoluto e universal. A única voz destoante chamava a atenção para o conteúdo econômico dessa democracia das perdas internacionais, assim como Darcy Ribeiro apontava a cabeça tradeunista do ABC em São Paulo, retomando o que dizia o marxista peruano, José Carlos Mariátegui, cujas afinidades estão menos próximas de Florestan Fernandes do que

de Darcy Ribeiro. Eis o que dizia esse genial indo-americano: “*Um proletariado sem outro ideal a não ser a redução das horas de trabalho e o aumento de centavos no salário não será nunca capaz de uma grande ação histórica.*” O imperativo de nacionalizar a economia para fazer justiça social foi deixado de lado pelo partido político que alcançaria o poder sob o comando das multinacionais. Em vez de justiça social, a sacristia do PT oferecerá esmola e caridade. Por isso colocou um tucano no Banco Central.

Há antecedentes em minha bibliografia, pois essa categoria leninista do imperialismo, como emanção necessária e insuprimível do capitalismo, tem nítida presença em *O príncipe da moeda* (1997), obra acerca do neoliberalismo dos governos de FHC, o que sugere uma unidade dos assuntos tratados. Vejamos o que aconteceu do ponto de vista cronológico de *O xará de Apipucos* até *O príncipe da moeda*. Entre essas duas reflexões sobre Gilberto Freyre e Fernando Henrique Cardoso, publiquei *Collor: a cocaína dos pobres* (1989) e *Brizulla: o samba da democracia* (1989), dois livros que foram politicamente militantes e comprometidos com o trabalhismo de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola.

Em 1986 ingressei como professor de sociologia na Universidade Federal de Juiz de Fora, por onde se dá minha inserção didática, o que não ensejou nenhuma ruptura com minha colaboração em vários jornais e revistas do país. Permaneceu a inicial conexão entre universidade e ensaio. Vários ensaios e artigos foram publicados no caderno “*Mais!*” de *A Folha de São Paulo*.

O que tenho de realçar a partir de 1986 é a unidade temática e estilística do que tenho escrito até agora em 2015. A propósito, não faço distinção entre os meus livros militantes e as minhas investigações acadêmicas e de pesquisa, inclusive no terreno da estética, a exemplo de *Gláuber Pátria Rocha Livre* (2001), livro que retomará no cinema o que era lacunar na música em *De olho na fresta*. Evidentemente tenho que assinalar que o vínculo temático não foi por mim percebido no momento em que meus livros e artigos foram escritos. Como autor, minha impressão é de que foram induzidos pela realidade empírica, pois existe indubitavelmente conexão entre um livro e outro. Dir-se-ia: um livro puxou o outro. Por exemplo, professor de Ciências Sociais, retornei ao assunto acústico e imagético de *De olho na fresta*, quando abordei o programa de auditório infantil como signo da expansão televisiva na sociedade brasileira, conforme *O cabaré das crianças* (1999). Havia conexão entre a sociologia do cabaré infantil e o universo adulto da telenovela em *Collor: cocaína dos pobres*. O outro lado antípoda dessa telenovela “collorida” foi o fracasso de Leonel Brizola, porque não se efetivou no cenário eleitoral de 1989 a aliança Brizola (o Sol) e Lula (a Lua) para evocar o conhecido samba de Nelson Cavaquinho, que me serviu de inspiração.

Lecionando em vários cursos na UFJE, em contacto assíduo com a juventude, verifiquei a importância do conceito de indústria cultural de Adorno e Horkheimer. Disso resultou o referido ensaio sobre a apresentadora Xuxa como prelúdio do entretenimento adulto na

telenovela. A televisão aparece como um sistema de socialização psíquica que atinge todas as idades, não havendo assim diferenças entre os programas infantis de auditório e a telenovela para adultos. Digamos, então, para refazer o fio temático e estilístico, que o livro *Collor: a cocaína dos pobres* antecipará meu ensaio político sobre o presidente Fernando Henrique Cardoso, intitulado *O príncipe da moeda*, o qual retoma minha reflexão sobre a campanha eleitoral à presidência da República em 1989. Os argumentos utilizados em *O cabaré das crianças* foram reatualizados em um ensaio que escrevi para a Revista *Serrote* do IMS, por ocasião do cinquentenário da apresentadora infantil. O artigo chama-se “A mídia, a mulher, o dinheiro e o pai do homem”, ensaio orientado metodologicamente pela preocupação em mostrar a possibilidade de convergir a disciplina do folclore com o marxismo. Nesse ensaio aparece pela primeira vez a aplicação da categoria mais-valia ideológica de Ludovico Silva, grande poeta e filósofo marxista venezuelano que escreveu vários livros sobre o conceito de alienação na obra de Karl Marx. Ludovico é autor de uma teoria poética do Ocidente de Homero a Ruben Darío, e teve a audácia e a originalidade de transpor o conceito básico da economia política (mais-valia, digamos, material) para a esfera da comunicação de massa, isto é, a produção ideológica no capitalismo monopolista, quer em sociedades periféricas, quer em sociedades metropolitanas. Mas antes de fazer tal transplantação epistemológica, Ludovico Silva apurou com maior rigor a semântica da palavra ideologia em toda a obra

de Karl Marx. Foi isso que tentei deixar claro no prefácio que escrevi ao seu livro *A mais-valia ideológica* (2013) na edição brasileira da editora Insular, que publicou pela primeira vez este notável escritor no Brasil. Na revista *REBELA* (Universidade de Santa Catarina), publiquei em 2013 artigo sobre o poeta venezuelano intitulado *O insensato Ludovico Silva – entre a poesia e o marxismo*.

Nas Ciências Humanas e no jornalismo, para não mencionar os parlamentares, o que se verifica é o uso equivocado e anfibológico da palavra ideologia, como sendo o acervo das ideias de um determinado autor ou determinada doutrina política. Por exemplo: a ideologia de Lênin, a ideologia de Leonel Brizola, a ideologia de Joãozinho Trinta. Enfatizei o uso errado da palavra ideologia nesse artigo, mas a ênfase foi no autor Ludovico Silva como polígrafo.

Desde quando estava escrevendo sobre Gilberto Freyre no Recife, surgiu em mim o desejo de realizar uma investigação abrangente que focalizasse a teoria marxista de Darcy Ribeiro, e como esta explicava a dinâmica histórica do subdesenvolvimento a partir do processo civilizatório. Conversando com Gilberto Freyre em Apipucos, tomei conhecimento do prefácio à *Casa grande e senzala*, edição venezuelana, escrito por Darcy Ribeiro, no qual eram feitos alguns reparos ao método empático utilizado pelo sociólogo pernambucano. Uma dessas restrições dizia respeito ao foco dado à escravidão pelo escravo doméstico, negligenciando a existência do escravo do eito. Pude verificar então que, no comentário crítico de Darcy Ribeiro, sobressaía a questão das classes sociais, que foi o tema desenvolvido por Florestan Fernandes, o prefaciador de meu

livro *A ideologia curupira*, originalmente tese de doutorado defendida na USP em 1977. Convém repisar que o orientador de minha tese foi Gabriel Cohn, exímio pesquisador e tradutor de Max Weber, conhecedor da escola de Frankfurt, principalmente de Theodor Adorno, sociólogo que surge nas páginas de *De olho na fresta* e *O príncipe da moeda*. Esse livro reveste-se de particular significado para mim, porque é uma baliza na minha reflexão como sociólogo, justamente por não ser comum e corriqueiro nas Ciências Sociais tratar o tema da natureza. O capítulo dedicado ao físico José Walter Bautista Vidal, o criador do Proálcool, terá a partir daí influência fundamental em minha visão de mundo. É que me abriu com o conhecimento da obra desse eminente físico (do qual me tornei amigo e parceiro) uma área de investigação nova. Refiro-me ao tema da energia abordada pela Termodinâmica, disciplina que mostra que a energia não é criada pelo homem, tendo conformação diferente de acordo com as particularidades geográficas.

Bautista Vidal ensinou-me a ver o sol do ponto de vista sociológico, o sol como doador de energia e fonte de toda a riqueza, abordagem que se chocava com a existência de uma sociabilidade miserável como a brasileira. Foi com base nesse contraste que escrevemos a quatro mãos o livro *O poder dos trópicos* (1998), o qual tinha por pretensão servir de roteiro para a implantação de uma política energética (fundada na biomassa vegetal, álcool e óleos) para fundamentar a civilização brasileira solidária, igualitária e democrática. *O poder dos trópicos* anunciava que o petróleo estava chegando ao fim e que nossa vocação energética não era

a matriz fóssil. A propósito escrevi na Revista *Política – para la independencia y la unidad de América Latina*, Nº 12, publicada pela Del Sur em 2012, o artigo “O Brasil pusilânime diante da guerra das Malvinas”, mostrando a busca incansável do petróleo pelas potências imperialistas. Bautista e eu continuamos a pesquisa mostrando a alienação energética que persegue os sociólogos e os economistas. Esse foi o objeto de análise de outro livro, *A dialética dos trópicos* (2000), que trazia uma crítica à CEPAL e ao pensamento de Celso Furtado, porque ambos equacionaram de maneira equivocada os pacotes tecnológicos de extração forânea. Ainda com Bautista Vidal escrevi *Petrobrás: um clarão na história* (2001), cujo mote era para contrastar com os sucessivos apagões elétricos. O livro sobre a Petrobrás focalizava a necessidade de esta empresa incorporar a produção da biomassa energética, com o que poderia constituir-se numa grande empresa mundial de energia a lidar com o petróleo do passado e a biomassa do futuro, não deixando de denunciar a desinformação da Petrobrás em relação ao trópico como o local por excelência para se construir uma civilização da fotossíntese. É preciso assinalar também que esse livro é o retrato da inserção didática de Bautista Vidal como professor de termodinâmica na Universidade da Bahia, colaborando na Petrobrás com um curso sobre a prospecção de petróleo em águas marítimas profundas. Essa investigação na área geofísica gerou em seus ex-discípulos a descoberta do Pré-Sal, embora seja imperioso aduzir que o meu amigo morreu fazendo crítica implacável ao Pré-Sal, por ser um caminho equivocado que iria privilegiar o petróleo e nos desviar

da nossa verdadeira vocação energética: a biomassa vegetal. Essa mesma posição anti-Pré-Sal foi defendida pelo geólogo e fazendeiro florestal Marcelo Guimarães, que ficou conhecido em Minas Gerais por ter posto em execução as microdestilarias de álcool como estratégia do autodesenvolvimento.

Também tornei-me amigo de Marcelo Guimarães, indo visitá-lo amiúde em sua fazendola em Mateus Leme, de cujos encontros resultaram uma reportagem escrita por mim no livro *A salvação da lavoura* (2002), no qual mostrei, com base em seus ensinamentos, que seria possível pela primeira vez na história da agricultura mundial plantar simultaneamente energia e comida, tendo por base a pequena propriedade e não o latifúndio monocultor e antiecológico. Não é por acaso que o subtítulo desse livro é “roteiro da fartura para o povo brasileiro”. À maneira de Bautista Vidal, Marcelo hiperbolizou com lucidez a antítese entre petróleo e biomassa, defendendo a tese de que a Petrobrás tem uma compreensão turvada da energia nos trópicos, pois nossa vocação natural é uma civilização construída com combustíveis ecologicamente limpos e extraídos do sol. Lembro-me que tive a sorte de ter Marcelo Guimarães como leitor ativo do meu livro *Biomassa - a eterna energia do futuro* (2002), cujo título resume a essência da concepção do tempo em relação aos combustíveis fósseis (carvão mineral e petróleo) não-renováveis. A biomassa vegetal, abundante nos trópicos úmidos, não apenas apontava para o futuro, como era uma forma de energia eterna, pelo menos – ressaltava Marcelo Guimarães – eterna enquanto houver sol. As implicações desse fato

seriam inúmeras para o processo civilizatório, que é movido pela combinação de energia e tecnologia, seja qual for a ordenação classista.

Bautista Vidal e Marcelo Guimarães trouxeram para mim a necessidade de abordar a conexão entre energia e ecologia; por isso, escrevi um capítulo no livro de Bautista Vidal intitulado *Brasil: a civilização suicida* (2000), que é um libelo contra a alienação energética que persegue os responsáveis pela política de desenvolvimento no Brasil. A ecologia aparecia conectada com o desequilíbrio da biosfera provocado pela emissão dos combustíveis fósseis, os quais queimam dióxido de carbono, poluindo a atmosfera e provocando efeitos catastróficos: o aquecimento global, a chuva ácida e os cataclismos oceânicos. O dramático aquecimento global é responsável pela escassez das águas, provocado sobretudo pelo uso do petróleo e do carvão mineral desde 1800 com a revolução industrial capitalista, sendo o sistema capitalista associado à concentração da mina de carvão e do poço de petróleo.

Em *A salvação da lavoura* (2002) enfatizei que tudo o que é produzido pela energia fóssil poderia ser obtido pelos derivados da biomassa, a exemplo do álcool da cana de açúcar, da mandioca e do dendê, plantas que florescem de maneira rápida, ao contrário dos combustíveis fósseis que precisam de milhares de anos para se formarem. Marcelo Guimarães, em suas experiências realizadas em Minas Gerais, mostrou que era possível produzir em pequenas propriedades simultaneamente álcool combustível, leite e cachaça. O geólogo e tecnólogo alertou-me de que era um equívoco identificar

energia da biomassa com o latifúndio, pois a cana de açúcar não é uma gramínea intrinsecamente ligada ao monopólio da terra, embora esta tenha sido a origem das “plantations” colonizadoras de fundamental importância nas capitães hereditárias, nas sesmarias e no atual *agrobusiness* latifundiário. Enfatizo aqui o quanto para mim foi importante a descoberta da energia nas minhas abordagens sociológicas, pois é sabido que as Ciências Sociais estão divorciadas daquilo que Engels chamou de dialética da natureza. Nesse livro informei sobre a exuberância energética da natureza dos trópicos e como isso poderia ser um fator de fartura e felicidade para o povo, de modo que a civilização brasileira está diante de um grande dilema: escolher entre o álcool em pequenas propriedades e o etanol nos latifúndios sob controle das multinacionais. E nesse dilema, que é econômico, político e tecnológico, está embutida a questão do adubo produzido com o petróleo das multinacionais, enquanto a perspectiva anunciada por Marcelo Guimarães e Bautista Vidal apontava para a produção de um adubo orgânico e descentralizado. Eles enfatizaram também que o sol por si mesmo não é suficiente. É necessária a água para armazenar a energia eletromagnética do sol. Por isso *O poder dos trópicos* e *A salvação da lavoura* apresentaram a diferença entre uma civilização baseada no hidrocarboneto e uma civilização baseada no hidrato de carbono. Teríamos de fazer a substituição (como pré-requisito à transformação socialista) da petroquímica pela alcoolquímica.

Depois da morte de Bautista Vidal e de Marcelo Guimarães, não abandonei essa perspectiva energético-ecológica, que me

orientou na produção de vários trabalhos audiovisuais realizados com os meus alunos na Universidade Federal de Juiz de Fora. Vários vídeos foram produzidos com uma diretriz estética e política que foi por mim denominada Kivideobiopsicomassafolk, hibridismo linguístico que designa a abordagem interdisciplinar do cinema, da termodinâmica, da psicologia e do folclore. A dimensão energética envolve uma questão continental; foi com essa ideia que realizei em Buenos Aires conferência sobre energia e Pátria Grande, no Instituto Nacional Manuel Dorrego, no ano de 2013.

Há que pausar aqui para esclarecer que o “biopsico”, que integra a híbrida expressão linguística, é alusão ao estudo e pesquisa feitos por mim sobre o extraordinário médico juiz-forano Antônio Silva Mello, referência fundamental na história das Ciências Naturais do século XX. Eu o li pela primeira vez em uma entrevista dada ao jornal *O Pasquim* em 1968. Estava estudando em São Paulo e, então, não poderia supor que 20 anos depois seria professor em sua cidade natal. Acredito não ser um mero acaso, desprovido de importância em minha vida, o itinerário de São Paulo/Juiz de Fora. Meu ingresso como professor de Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora data de 1986, momento crucial em minha vida intelectual, pois comecei a estudar a cultura local conversando com o historiador Dormivilly Nóbrega em memoráveis tardes no Bairro de Lourdes. Minha afeição por Juiz de Fora foi reconhecida pelo então vereador Flavio Cheker na Câmara Municipal, condecorando-me com o título de cidadão honorário da cidade.

Levei anos pensando e estudando sobre a vida e a obra de Silva Mello. Disso

resultaram os seguintes livros organizados por mim: *A história de um menino e as transformações do mundo*, *A boca do homem*, *Verdades quase desconhecidas*. Há dois aspectos que presidiram a organização desses livros: primeiro, a regionalidade, já que Silva Mello é concebido como um tipo cultural representativo dessa cidade, o seu livro de memória *História de um menino e transformações do mundo* constitui um exemplo notável de amor pela cidade de Juiz de Fora. Reputo-o como um dos pontos altos da literatura brasileira com impregnação regional. O segundo aspecto diz respeito às reflexões desse eminente médico acerca dos problemas atualíssimos que envolvem a saúde, a alimentação e a energia. Foi então que tive a oportunidade de participar como conferencista em vários congressos de História da Medicina realizados em Minas Gerais a partir de 2001. Acrescento a propósito que Silva Mello levou-me a conhecer o médico José Roiz. Este escreveu um livro admirável, intitulado *O esporte mata*. Tive a honra de prefaciar esse livro, com o texto “*Crítica do capitalismo glicocorticóide estressante*”, com o objetivo de mostrar que José Roiz havia feito a anatomia da mercadoria capitalista na esfera da biologia, tomando como objeto de análise o culto fetichista do esporte na sociedade contemporânea mundial.

Em 2014 sintetizei as contribuições silvamellianas em um livro publicado pela editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, intitulado *Nossa vida de cada dia entre o supermercado e a drogaria*. Antes disso, convém mencionar que escrevi na *Revista da Academia Brasileira de Letras* (Fase VII, Outubro – Novembro - Dezembro 2008, Ano XV, N° 57) um artigo

focalizando sua abordagem da alimentação, “O país do alimento”, na qual Silva Mello foi membro ilustre, ocupando a cadeira 19 do historiador Gustavo Barroso, que influenciou profundamente o estilo de Luís da Câmara Cascudo sobre o folclore. Coloquei em discussão o caráter mercantil da organização industrial e da produção do alimento. A filosofia de Silva Mello, é a da alimentação ancestral; médico dotado de uma atualidade impressionante com o descalabro ecológico produzido pelo sistema capitalista, não só na natureza como também na alimentação. Sua estreia literária data de 1936, tinha 50 anos quando escreveu um livro de crítica ao ensino de medicina no Rio de Janeiro, por ser demasiado abstrato e retórico, livro intitulado *Problemas do ensino médico e de educação*, com prefácio de Gilberto Freyre, que lhe atribuiu o epíteto de “Dom Quixote da Medicina”. A propósito, convém reparar o acerto dessa caracterização, porque foi um prelúdio do que seria a atividade intelectual e médica de Silva Mello, a qual remou contra a maré de seu tempo ao denunciar o vínculo entre a indústria de alimentos e o aparato farmacêutico, constelação de interesses econômicos entre a produção de alimento e os fabricantes de remédios. A simbiose das multinacionais dos remédios e da comida (sementes, adubos, pesticidas) não fazem aumentar com a chamada lavoura “*biotech*” e o poder da engenharia genética na agricultura mundial. Silva Mello foi pioneiro em denunciar o *agrobusiness* tóxico e a fabricação monopolista de remédios. A falta de leite no seio da mãe (agalacia) é provocada pela desnaturalização dos alimentos, cujos interesses

econômicos são guiados pelo monopólio da indústria da alimentação, seguida pelo embuste farmacêutico com a profusão de remédios que mudam apenas a embalagem. Vale reparar que durante mais de 40 anos, na *Revista Brasileira de Medicina*, fundada e dirigida por ele, combateu a vitaminomania produzida pelos laboratórios. Segundo Silva Mello, “era preferível gastar mais dinheiro com comida que com remédio”.

Silva Mello abriu-me um novo caminho, a sociologia da Medicina, o qual já havia sido palmilhado por Gilberto Freyre. Julgo que muito do meu interesse pela área médica se deve à influência do doutor Zoláquio da Silva Vasconcellos, meu saudoso e querido pai, que foi médico no interior do Estado de São Paulo, Santa Adélia, cidadezinha onde nasci e fui alfabetizado pela professora primária Dona Adelaide Felisberto, minha mãe, talvez a origem primeva do meu interesse educacional pelos CIEPS mentalizados por Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer.

O Folclore foi tema do meu livro sobre Luís da Câmara Cascudo intitulado *Do Sincretismo à Xifopagia (2009)*. A investigação que começou em Nina Rodrigues (o introdutor da categoria “sincretismo”) até a sociologia do açúcar, na qual Luís da Câmara Cascudo faz restrições ao sincretismo como definidor da interpenetração étnica e cultural e propõe como substituto o termo xifopagia. O sincretismo está em Nina Rodrigues, Silvio Romero, Arthur Ramos, Manuel Querino, Edson Carneiro, Roger Bastide e Gilberto Freyre. A ideia da interpenetração sincrética pressupõe que as etnias se confluíram e se diluíram em

sua individualização. Fundamentando-se no catolicismo e no candomblé, Luís da Câmara Cascudo irá apresentar a mistura xifopágica na qual cada etnia permanece com suas próprias características, ou seja, juntam-se mas permanecem cada uma em si mesma. Luís da Câmara Cascudo é tratado como o intérprete da civilização brasileira tão importante quanto Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Luís da Câmara Cascudo é considerado o antropólogo das civilizações que estudou o processo de permuta cultural enfatizando nossa filiação com a expansão ibérica que se transfigurou com a presença do negro e do índio, mas manteve a predominância luso-ibérica na comida, na religião, na música e no imaginário sobrenatural. Essas ideias foram repassadas na conferência “*Cascudo: intérprete da alma do Brasil*”, dada por mim no aniversário de 54 anos do Museu Câmara Cascudo em Natal, Rio Grande do Norte, no ano de 2014. Basicamente, o que conferenciei em Natal foi a propósito do autor Luís da Câmara Cascudo, intérprete original da cultura brasileira, tomando como ponto de partida os estudos etnológicos de Nina Rodrigues até os ensaístas Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro.

O maior estudioso da cultura popular afirmou que o Brasil amanheceu na história no século XVI fruto de um encontro feliz. O encontro euro-ameraba com o homem português e a mulher indígena. Esse encontro foi feliz até o momento em que apareceu a escravidão, mais ou menos por volta de 1530, depois a constrição escravagista impediu o conúbio amoroso. Retomei a discussão com Gilberto Freyre

e Darcy Ribeiro, por ter Luís da Câmara Cascudo colocado na escala étnica o primado do elemento português, seguido do indígena e depois do negro, por ter realçado que nossa configuração étnico-racial não deve ser explicada como resultado da violência imanente a todo processo colonizador. O mestre de Gilberto Freyre, Oliveira Lima, conhecedor da expansão inglesa e espanhola na América, afirmou que o Brasil havia sido uma espécie de colônia mimada. É isso o que está na obra de Luís da Câmara Cascudo, na qual há uma fluidez social entre o colonizador e o colonizado, ou seja, o colonialismo não aparece como categoria explicativa do Brasil como totalidade, ao contrário do que diziam Darcy Ribeiro e o historiador Nelson Werneck Sodré, que nunca perderam de vista o escravismo colonial como elemento básico na relação Brasil e Portugal. Essa diretriz informou o meu artigo “*Retorno ao Recalcado: o nacionalismo na cultura brasileira*”, publicado em 2008 na *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*, pela editora da PUC-SP. Nesse artigo mostrei que a diretriz fundamental do nacionalismo estava alicerçada na distinção entre a fase de exportação de capital e a fase de instalação das grandes empresas multinacionais na economia do país. Nas últimas décadas, o nacionalismo foi recalçado pela ofensiva do neoliberalismo das privatizações internacionais. Todavia, fatalmente a perspectiva é de que haja retomada desse conceito na política e na cultura, sobretudo com o caso inevitável dos combustíveis fósseis, que colocará o território dos trópicos no epicentro energético da história no século XXI.

Tentando rastrear o motivo da substituição do sincretismo para a xifopagia, tive de reconstruir os esquemas analíticos usados em nossa historiografia, pois se na formação econômica e social do Brasil a mão de obra principal foi a do negro escravo, todavia na cultura popular não houve o primado negro-africano em nenhuma de suas manifestações, nem mesmo na Bahia com o afluxo enorme da mão de obra africana, de modo que houve uma dissimetria entre a principal força de trabalho explorada e a conformação cultural do povo. Enfatizei nesse meu estudo sobre Luís da Câmara Cascudo o seguinte aspecto, não movido por intuito provocador: o predomínio luso-ibérico não é reflexo ou epifenômeno da dominação exercida pela classe proprietária vinda de Portugal. O que está em discussão é o processo da colonização. Eu me perguntava nesse livro: o que se entende por colônia? Não a colônia grega ou romana, mas a colônia moderna fundada no cálculo capitalista, projetada como empresa ultramar para dar lucros, lucros exportáveis, cuja razão de ser se prolonga até os nossos dias com o pendor “for export” da nossa classe dominante associada ao capital estrangeiro.

Foi com a mão de obra do negro escravo que a colônia existiu, o índio não gerou a lucratividade propiciada pelo escravismo negro. Extirpado pelo etnocídio, o índio não contribuiu na produção de renda destinada ao exterior, e a base da economia colônia foi a transferência dessa renda, por isso o colonizado de fato foi o negro, não o índio. O que atravessa as várias interpretações dos autores clássicos sobre o Brasil é a necessidade de se libertar

da mirada eurocêntrica sobre a América Latina. Cada intérprete sublinha o que lhe parece mais significativo. O colono português cegou-se pela cobiça, o padre jesuíta foi adversário neurótico da alegria de viver dos índios nus nas florestas tropicais. A catequese bíblica foi o equivalente complementar das pestes, infecções, sífilis e variola. Na perspectiva de um Darcy Ribeiro ou de um Nelson Werneck Sodré, o invasor branco colonial massacrou os índios que viviam por aqui em 1500. O aforismo dilemático de Oswald de Andrade “tupi or not tupi” não deve ser tomado como mero achado piadístico do modernismo, consoante ao artigo que escrevi para a Revista do Departamento de Letras da UFJF por nome “*Da saudade à ninguen-dade: Portugal e Brasis*”. É antes a denúncia do Brasil como um país chacinador de índios, do avassalamento do indígena. Do negro escravizado veio a super-exploração da força de trabalho para enriquecer os núcleos cênicos do capitalismo. Senhor de engenho. Dono de usina. Latifundiário. Industrial. Banqueiro. Em meus livros *A Razão Iracunda* e *Do Sincretismo à Xifopagia* as classes dominantes em todas as etapas do Brasil aparecem como feitores, cónsules e gerentes de interesses externos. Lisboa, Londres, Washington. É por isso que as contradições fundamentais da sociedade brasileira nunca são meramente internas, malgrado a existência inter-classista. Foi a partir dessa discussão sobre a causação interna ou externa na dinâmica social e política é que estudei o sociólogo Andre Gunder Frank, o autor do extraordinário livro *Desenvolvimento do Subdesenvolvimento*, o qual define a industrialização recolonizada pela instalação de

multinacionais e os seus pacotes tecnológicos exógenos. Quanto mais aumenta o desenvolvimento, mais aumenta o fluxo de capital exportado daqui para o exterior, o que comprova a complementaridade entre o desenvolvimento das metrópoles e o subdesenvolvimento da América Latina. Esse foi o núcleo do meu livro sobre Andre Gunder Frank intitulado *O Enguiço das Ciências Sociais* (2014). Nesse livro refaço as etapas do meu percurso intelectual a partir da formação que tive na USP, na qual Gunder Frank permaneceu negligenciado por fazer a crítica de Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, etc. O nome “enguiço” das Ciências Sociais refere-se ao impasse que Gunder Frank trouxe para as Ciências Sociais quando aportou por aqui em 1963, dando aula na Universidade de Brasília convidado por Darcy Ribeiro. O impasse a que me refiro foi sua crítica aos dualismos regionais (Brasil arcaico e Brasil moderno), a ideia de que seria impossível eliminar o subdesenvolvimento com o desenvolvimento importado, a exemplo da instalação da indústria automobilística.

Com Gunder Frank comecei a viagem Pátria Grande, ou seja, comecei a estudar os autores fundamentais à compreensão da América Latina, como Jorge Abelardo Ramos, Methol Ferré e Vivian Trías. A questão das classes é decisiva nesse livro. A precondição para se falar em capitalismo, segundo Gunder Frank, é a existência de trabalhador livre, de modo que a escravidão não é trabalho assalariado, mas isso não quer dizer que o sul dos Estados Unidos, o Caribe açucareiro e os canaviais do Brasil não tivessem sido capitalistas. Fato é que o trabalho escravo no

novo mundo propiciou e exigiu ao mesmo tempo o trabalho assalariado no velho mundo. Os sabotadores da obra de Gunder Frank, os que o colocaram por debaixo do tapete, não atingiram a compreensão da totalidade, enquanto Gunder Frank apreendeu o sistema capitalista como um todo, investigou os diferentes fenômenos em vários lugares com suas conexões causais, tendo em mira que a acumulação de capital (desigual e irregular) é o principal motor da história junto com a ubíqua luta de classes. Realcei o método de sua investigação histórica que se respaldou em Karl Marx, para quem o comércio escravo trouxe prosperidade para Liverpool. Tomei Gunder Frank como guia metodológico com o propósito de reavaliar as causas do golpe de 64. Este não foi um produto da guerra fria e deveria ser visto em função do processo de acumulação mundial, pois ocorreram vários golpes de Estado simultaneamente na América Latina, o que significa que tais golpes não podem ser explicados apenas pela história particular de cada país. O que enfatizei em meu livro é que Gunder Frank incomodou ao trazer para as Ciências Sociais a reflexão sobre o tempo no subdesenvolvimento e o subdesenvolvimento no tempo. O problema do homem colonial não é o a-historicismo ou a história que imobiliza, mas sim a trapaça do desenvolvimento capitalista como o devir do progresso futuro. O desenvolvimento do subdesenvolvimento, esse oxímoro barroquizante e dialético é a denuncia da condenação do futuro a que estamos submetidos no capitalismo.

A reflexão sobre Gunder Frank é o ponto de partida para a formulação acerca do capitalismo videofinanceiro, que é um

conceito que foi desenvolvido por mim em *Quebra-Cabeça do Cinema Novo* (a ser publicado pela editora Azogue). O capitalismo videofinanceiro é a simbiose da televisão, do banco e das empresas financeiras na acumulação de capital. O capital monopolista está na raiz da comunicação de massa. O conceito de capitalismo videofinanceiro foi haurido em Ruy Mauro Marini (a superexploração da força de trabalho) e a partir da mais-valia ideológica de Ludovico Silva. É visível a interação entre os dois fenômenos, como mostrei em *Depois de Leonel Brizola*, a mais-valia ideológica aumenta quanto mais a massa trabalhadora se marginaliza socialmente, quanto mais ocorre a expansão da televisão, cuja propriedade se concentra nos clãs-parentais do ar, ou seja, os latifundiários das ondas eletrônicas.

O capital monopolista está na base da reflexão de Glauber Rocha sobre o estágio eletrônico da comunicação de massa. É mister assinalar que o videomonopólio capitalista passa a ser produtor de ideias que circulam como teoria nos meios acadêmicos. Foi isso o objeto analítico de meu livro *Glauber Pátria Rocha Livre*. As ideias realmente não caem do céu. De Roberto Campos a Fernando Henrique Cardoso a mediação é dada pelo videofinanceiro, seja na ditadura ou na abertura. No livro *Quebra-Cabeça* ressemantizo que o triunfo da telenovela correu paralelo ao fracasso do cinema novo glauberiano. A novela é a expressão audiovisual do liberalismo desenvolvimentista na economia. Tanto faz ditadura ou democracia. Segundo Gunder Frank, o liberalismo multinacional não é capaz de tirar o país da miséria e do subdesenvolvimento. O

economista Delfim Neto repisou a tese de Roberto Campos, inspirado no modelo *Time Life* da TV Globo, daí a junção economia política do automóvel com eletrodoméstico, a saga das Casas Bahia que foi iniciada em 1957 durante os governos de JK e Jânio Quadros, com as primícias da burguesia associada, a qual iria desabrochar plenamente na década de 70 monopolista videofinanceira. O conceito de capitalismo videofinanceiro, preliminarmente esboçado em *Collor, A Cocaína dos Pobres*, não quer dizer que o capitalismo seja diferente agora, pois o capitalismo continua sendo capitalismo. Há conexão entre os super-monopólios na colônia e o desenvolvimento da comunicação de massa. A multinacional paga salário abaixo do valor da força de trabalho, por isso obtém lucros quando os produtos são exportados dos países periféricos para o mercado europeu e norte-americano.

A telenovela da monopolização societária justifica com mais-valia ideológica a subalternidade do país aos centros capitalistas, assim como induz a pensar e a desejar que o subdesenvolvimento possa ser erradicado mediante a instalação de empresas multinacionais e com o capital estrangeiro como motor da prosperidade do país. Para finalizar, reparo que há um fio condutor no meu percurso acadêmico e na minha escrita ensaística, a saber, a reflexão sobre a particularidade da sociedade capitalista dependente e a presença ubíqua do imperialismo na economia, na política e na cultura.